

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO PARA O HIV: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Maria Vitória Alves dos Santos

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
vitoria.santos03@aluno.unifametro.edu.br

Breno Holanda Alves

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
brenohadbv@gmail.com

Lorena Aline Silva da Costa

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
lorena-aline-@hotmail.com

Victor Lucas Barreto Vieira

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
victorlukas2020@gmail.com

Yasmin Santos Amaral

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
yasmin.amaral@aluno.unifametro.edu.br

Felipe Moreira de Paiva

Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro
felipe.paiva@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Estudos de Utilização de Medicamentos

Área de Conhecimento: Ciências da saúde.

Encontro Científico: XI Encontro de Iniciação à Pesquisa.

RESUMO

Introdução: O HIV (Vírus da imunodeficiência humana) é o vírus que ataca o sistema imunológico. A PEP (Profilaxia Pós exposição) é uma medida de prevenção de urgência utilizada em situação de risco à infecção pelo HIV e consiste em um conjunto de estratégias de prevenção combinada no uso de antirretrovirais que deve ser disponibilizado pelo serviço público de saúde. **Objetivo:** Explorar e descrever como o portal das prefeituras das capitais brasileiras têm divulgado informações referente ao acesso à Profilaxia pós exposição (PEP) para a sociedade. **Métodos:** Pesquisa exploratória e descritiva, quantitativa, que analisou os portais de 27 capitais do Brasil. Foram utilizados como base de pesquisa os portais de saúde que correspondem aos endereços eletrônicos das secretarias, onde foram coletados dados referentes às informações de saúde. **Resultados:** Com base na pesquisa, foi possível definir que menos da metade dos portais apresentam informações que integravam conhecimento no formato de notícia para a população, equivalente a 12 (n=44%) das 27 capitais, 6 (n=50%) portais trazem informações referente a definição de PEP, 10 (n=83.3%) apresentam fácil

acesso a informação, 9 (n=75%) explicam sobre HIV/AIDS, 8 (n=63.6%) em consonância com os órgãos de saúde, 7 (n=66.7%) falam do uso do medicamento, 9 (n=75%) não traziam material educativo, 8 (n=66.7%) informam os locais que oferecem a PEP e 7 (n=58.3%) não citam um canal de comunicação efetivo. **Conclusão:** a falta de informações referentes a PEP reforça a necessidade de uma maior preocupação referente a medidas efetivas para o uso do medicamento.

Palavras-chave: HIV; Vírus de Imunodeficiência Humana; Profilaxia Pós-Exposição; Uso de Medicamentos; Acesso à informação.

INTRODUÇÃO

O vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é capaz de produzir em um indivíduo disfunções imunológicas, induzidas pela destruição de células linfáticas e posteriormente para o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS). O processo ocasionado pela imunossupressão do organismo hospedeiro torna o portador mais sensível a adquirir doenças oportunistas como toxoplasmose, tuberculose, assim como o aparecimento de tumores de Sarcoma de Kaposi e linfomas não Hodgkin (CEZAR; DRAGANOV, 2014).

Desde os primeiros casos da doença, houve várias teorias a respeito da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais) que se enquadravam na categoria "comportamentos de risco", sendo que os primeiros casos registrados eram originados desses grupos e profissionais do sexo. Criou-se então um estigma em volta da condição de ser portador do vírus HIV. Atualmente, o que se classifica como pessoas com comportamento de risco é muito mais amplo, e mesmo assim, o estigma do grupo de pessoas infectadas pelo vírus do HIV não mudou (FERNANDES; ALVES, 2021).

Sabe-se, hoje, que a transmissão do HIV pode se dá de várias formas, tais como: sexo (anal, oral e vaginal) sem preservativo, compartilhamento de seringas, transfusão de sangue contaminado, instrumentos perfuro-cortantes não esterilizados e da mãe para o seu filho durante a gravidez (BRASIL, 2023).

Sendo disponibilizada pelo SUS desde 1999, a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é uma tecnologia de saúde inserida dentro de uma política que visa o acolhimento do usuário, o esquema antirretroviral foi modificado em sua recomendação em 2015, onde se leva em consideração o risco de exposição e não somente por categorias de exposição (BRASIL, 2015).

A PEP consiste em uma estratégia de prevenção combinada, com o intuito de diminuir o número de infecções pelo HIV. Implica no uso de antirretrovirais (ARV) através da combinação de duas ou três drogas pelo período de 28 dias após exposição. No esquema

terapêutico é feito o uso de Tenofovir + Lamivudina: comprimido de 300 mg/300 mg disponíveis na apresentação de dose fixa combinada, sendo essa a apresentação preferencial: 1 comprimido, via oral, uma vez ao dia e Dolutegravir: comprimido de 50 mg: 1 comprimido, via oral, uma vez ao dia, esse se tomado corretamente possui eficácia acima de 95% (SILVA et al, 2021).

Conforme Queiroz et al. (2022), O acesso à PEP é dificultado pela falta de conhecimento sobre prevenção (o que a torna insondável), pela centralização dos serviços de saúde e pelo estigma que permeia a estrutura desses serviços. Aspectos burocráticos, como a concentração da prevenção em centros específicos, criam barreiras físicas que impedem que as pessoas iniciem a prevenção em tempo hábil, além de barreiras invisíveis, como o preconceito generalizado entre profissionais e usuários dos serviços e até políticas públicas. Esses achados apontam problemas e, assim, sugerem soluções que vão além do comportamento concreto e individualista. Embora sejam complementares e importantes, não cobrem o problema real. Mudar a estrutura dos serviços de HIV é necessário para remover o estigma associado aos serviços, utilizá-los e aproximá-los da comunidade.

De acordo com Cavalcante et al. (2014), apesar da constituição de 1988 reconhecer o direito ao acesso à informação em todo o território nacional, o Brasil ainda enfrenta desafios que garantam esse acesso de forma integral à população. Dessa forma, dados importantes para a saúde que deveriam ser atualizados e incluídos nos portais em entidades governamentais ou de caráter públicos são insuficientes, o que reduz a busca de informações para condições de saúde de interesse particular.

Assim, problemas e outros agravos à saúde precisam apresentar uma fonte confiável de informações, bem como estas precisam estar disponíveis para as pessoas que necessitam acessar os serviços de saúde. Tendo em vista a problemática relacionada ao acesso às informações de saúde nesse contexto, essa pesquisa buscou explorar e descrever como os portais das prefeituras das capitais dos estados brasileiros têm divulgado e alimentado informações sobre a profilaxia pós-exposição para o HIV, informações estas que são necessárias para reforçar a importância do conhecimento sobre a PEP e o combate ao preconceito e estigma sobre pessoas que procuram esses serviços.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem quantitativa, caracterizando-se como um estudo exploratório e descritivo, buscou analisar os portais das capitais das 27 Unidades Federativas

do Brasil com a finalidade de verificar o acesso pela população à informação sobre a profilaxia pós-exposição (PEP) para o HIV, uma vez que se tratando de uma medida de prevenção de urgência a ampliação do acesso fornece uma resposta ao usuário em função da sua necessidade. Para tanto, foram consultados os endereços eletrônicos de todas as 27 unidades, onde os dados foram coletados durante o período de outubro a novembro de 2022.

Foram adotados como critérios de inclusão a presença de um sítio eletrônico oficial sobre a PEP das capitais, sendo este de caráter de notícia ou uma página especializada sobre o assunto. Como critério de exclusão, adotou-se a página não estar disponível durante a consulta. Outros aspectos considerados durante a pesquisa: a) se as páginas oficiais forneciam aos usuários uma barra de pesquisa para facilitar o acesso; b) se continham informações de saúde recorrente ao HIV/AIDS e profilaxias, principalmente, sobre a PEP; c) se as abas acessadas ou redirecionadas faziam parte do site oficial.

A análise dos sites se deu da seguinte maneira: nos sites oficiais, as buscas aconteceram pelas abas e com o auxílio da barra de pesquisa fornecida, utilizando palavras chaves como: profilaxia, profilaxia pós-exposição ou PEP, HIV/AIDS. Caso dentro das Urls oficiais não fosse encontrado informações inerentes ao estudo, o mecanismo de pesquisa Google foi realizado com o seguinte descritor: “secretaria de saúde de (UF a ser pesquisada) + profilaxia pós-exposição” sendo visionado a busca por sites pertencentes à prefeitura da capital de cada estado.

Para coleta de dados, foi elaborado um instrumento de coleta que foi testado inicialmente com cinco capitais para adequação. Após adequação das respostas, foram escolhidas as seguintes variáveis para coleta: cidade, estado, endereço eletrônico, caracterização do site (caráter de notícia ou informativo), se o endereço era de fácil acesso (sim ou não), se há explicação sobre HIV e AIDS (sim ou não), se o endereço trazia conceito de PEP de acordo com o MS (sim ou não; se sim, qual), se orienta critérios de uso de acordo com o MS (sim ou não), se o site possui materiais educativos sobre a temática (sim ou não), se o site apresenta endereço dos serviços especializados e/ou contém contato para dúvidas e outras questões (sim ou não).

Para a análise dos dados, foi empregado o uso da estatística descritiva por meio de cálculos de frequências e porcentagem. Durante a organização dos dados coletados e análise, foi utilizado o programa Excel versão 2010.

Por tratar-se de uma pesquisa na qual não envolve diretamente seres humanos, envolvendo dados abertos de domínio público, não houve submissão deste ao Comitê de Ética

em Pesquisa (CEP). Salienta-se, entretanto, que foram seguidos todos os preceitos de ética em pesquisa de acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Os autores declaram não haver conflito de interesse na condução desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da pesquisa elaborada, observou-se que apenas 12 capitais continham em seus portais oficiais informações e notícias sobre a Profilaxia pós-exposição (PEP), equivalente a 44,4% das capitais brasileiras. Já nas outras 15 capitais (56,6%) não foram encontrados dados referente a PEP que adequassem às dimensões deste estudo.

No que se atribui ao tipo de material encontrado, dentre essas 12 cidades, 6 (n=50%) portais trazem informações referente a definição de PEP, posologia e casos onde há necessidade de uso, em forma de texto com ou sem material educativo. Os outros 6 (n=50%) eram notícias relacionadas a campanhas de prevenção de HIV/AIDS, abordando a participação da PEP, sem trazer mais detalhes acerca desta.

Acerca do que se refere ao nível de dificuldade de encontrar tais informações pelos portais, 10 (n=83.3%) endereços eletrônicos dispunham de fácil acesso, por meio das barras de pesquisas e assistência de palavras-chave, como 'profilaxia' e 'PEP'. Já outros 2 (n=16.7%) apresentaram uma maior dificuldade, sendo necessário a abertura de 4 a 5 páginas extras no próprio portal. Percebe-se, mesmo com as leis de dados abertos, ainda há situações onde as informações sobre saúde encontram-se de difícil acesso.

Ao todo, 9 (n=75%) páginas aprofundaram as explicações sobre HIV/AIDS, abordando algum assunto sobre conceitos, estágio, tratamento, manejo clínico, campanhas, prevenção e etc. As outras 3 (n=25%) páginas não aprofundaram sobre o assunto. Complementarmente, no que se atribui ao conceito de PEP estar em concordância com o Ministério da Saúde (MS), 4 portais (n=33.4%) não definiam a PEP, enquanto 8 portais (n=63.6%) apresentam a definição correspondente ao órgão de saúde, ou seja, mais da metade deixam os leitores ciente do que se trata o medicamento ao passo que menos da metade traz conceitos sem as designações das diretrizes nacionais.

Acerca da orientação de uso da PEP estar de acordo com o MS, 5 portais (n=33.3%) não relatam ou não estão de acordo com as orientações do MS. Enquanto isso, 7 (n=66.7%) apontam como o medicamento deve ser utilizado, que é após qualquer situação de risco com o início de uso em até 72 horas e mantidos por 28 dias com o esquema

antirretroviral, representado que a maioria dos sites prezam em orientar de forma coerente à população.

Apenas 3 Sites (n=25%) apresentaram algum tipo de material educativo com cartazes, ilustrações, gravuras e folders. Os outros 9 (n=75%) estavam veiculados em textos, isso demonstra que mais da metade não possui interesse em chamar a atenção do leitor, uma vez que a educação em saúde por materiais educativos estimula a atenção.

Com relação aos sites apresentarem os endereços dos serviços especializados, 8 (n=66.7%) informam os locais que oferecem a PEP com dias e os horários de funcionamento enquanto, 4 (n=33.3%) não comunicam nenhum tipo de endereço. No que compete a presença de contatos para dúvidas e outras questões, 5 (n=41,7%) informam algum número telefônico como sugestão, porém, 7 (n=58.3%) não citam um canal de comunicação, o que dificulta o acesso a informações por indivíduos que não podem se deslocar ao local de atendimento ou sente-se constrangida sobre o assunto.

Por meio desses dados, é possível compreender que o acesso a informações sobre a profilaxia pós-exposição (PEP), enfrenta diversos entraves, tanto para os profissionais de saúde quanto para os usuários. Muitos portais não apresentam as informações sobre o uso em si, mas sim uma notícia pontual. Não há muitos portais brasileiros que abordam a temática, o que dificulta a circulação de informação. Isso não apenas reflete na vida dos indivíduos da comunidade LGBTQIAP+, mas também afeta serviços que não atendem a um dos grupos mais vulneráveis, contribuindo em grande medida para a desigualdade social e iniquidades em saúde, problema tão recorrente nesse grupo (BEZERRA et al., 2019).

São através dos portais institucionais que a gestão governamental pode viabilizar aos cidadãos informações e serviços. Segundo um estudo realizado por Moretti (2012), com 1.828 indivíduos, 80% responderam positivamente para utilização da internet como fonte principal de busca para informações. Logo, a internet hoje é um dos meios de comunicação de fácil acesso a informativos, notícias e divulgações de dados. É fundamental que esse meio também usufrua de dados que corroborem para o enfrentamento do HIV/AIDS no país. Oliveira et al. (2018), ressalta que o conhecimento sobre a PEP em homens que fazem sexo com outros homens, ocorreu, sobre tudo, por meio de amigos, provando que é um tema pouco debatido pelos mecanismos de comunicação e que, também, grande quantidade dos participantes desconheciam o propósito correto da profilaxia.

Segundo CHIESA et al. (2022), é importante ressaltar que a obrigatoriedade de combater a epidemia dessa doença tornou-se urgente, pois abrange diversos fatores sociais

que influenciam no desenvolvimento de HIV/AIDS, como a pobreza, a disparidade e a discriminação. Dessa maneira, para a melhoria da qualidade de vida são fundamentais que mais informações sobre o agente etiológico, tratamento, riscos, etc, sejam proporcionadas para a população, reconsiderando o modo de educar associado ao cuidado mais humanista, pois as pessoas que encontram-se com HIV/AIDS são frequentemente discriminadas e estigmatizadas pela sociedade (MELO et al. 2012).

De acordo com BRASIL (2017), a promoção da saúde envolve ações do governo, do setor saúde, de outros setores sociais e produtivos, e ações de indivíduos, famílias e comunidades, direcionadas ao desenvolvimento de melhores condições de vida e de saúde, a fim de atingir vários públicos diferentes. Além disso, Brasil (2021) reforça que a educação em saúde deve ser uma prioridade, principalmente nas capitais as quais apresentam maior porcentagem de novos casos de infecção por HIV segundo o boletim epidemiológico de 2020. Negar o acesso à informação, seja por falta da informação em si ou pelo fato de a informação não estar conforme as diretrizes, é um modo de negar saúde, o que vai de contrapartida ao que consta na constituição brasileira acerca da saúde ser responsabilidade do Estado.

Percebe-se, assim, que o estudo destaca a importância da criação e manutenção de sites e ambientes favoráveis para a educação em saúde, onde esses precisam ser capazes de promover saúde e gerar na população um engajamento acerca dos seus processos naturais de saúde e de viver, conforme o que destaca a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PEDROSA, 2021). Propõe-se, assim, um maior engajamento quanto a essas questões de saúde oferecidas pelo estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através deste estudo, foi possível concluir que poucas capitais oferecem para a sociedade informações de qualidade no tocante a profilaxia pós exposição ao HIV em seus portais de saúde, sendo necessário a promoção de ações de Prevenção Combinada para auxiliar a comunidade a proteger-se contra o HIV.

Diante disso, para combater os resultados negativos que foram analisados nos portais de saúde que impacta tanto os usuários quanto os profissionais de saúde, dificultando a circulação de uma informação eficaz, cabe aos conselhos de saúde, bem como ao estado, a produção de materiais educativos com temas relevantes que abordam as infecções sexualmente transmissíveis e seus métodos de prevenção, garantindo a promoção da saúde com políticas de acesso universal, equânime e integral para a população como um todo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. V. DA R. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 305–323, 2019.

BRASIL. **IBGE**. Censo Demográfico, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2022. BRASIL. **IBGE**. Censo Demográfico, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia antirretroviral pós-exposição de risco à infecção pelo HIV. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Como se dá a transmissão do HIV. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv/transmissao-da-aids-hiv> Acesso em: 25 de setembro de 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Conitec. Relatório de Recomendação nº 168 – Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Profilaxia Antirretroviral Pós-Exposição de Risco para Infecção pelo HIV (PEP), Julho/2015. Acesso em 13 maio de 2022

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS)**. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Brasília: MS; junho/2017. Acesso em: 23/03/2022.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra et al. Direito à informação em saúde no Brasil: em busca de legitimação. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2014.

CEZAR, Vagner Mendes; DRAGANOV, Patricia Bover. A História e as Políticas Públicas do HIV no Brasil sob uma Visão Bioética. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 18, n. 3, 2014.

CHIESA, P.; KNISS, RL; SILVA, M. da; LIMA, DTB de; CASTRO, LMA e. Profilaxia pré-exposição (PrEP) e as prevenções combinadas para redução da epidemia do HIV no Brasil: revisão integrativa / Profilaxia pré-exposição (PrEP) e prevenções combinadas para redução da epidemia de HIV no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 5, pág. 39075–39088, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n5-414. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/48313>. Acesso em: 17 out. 2023.

FERNANDES, I.; ALVES DE TOLEDO BRUNS, M. REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2021. DOI: 10.35919/rbsh.v32i1.916. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/916. Acesso em: 25 setembro. 2023.

PEDROSA, J. I. DOS S. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

Queiroz, Artur Acelino Francisco Luz, Mendes, Isabel Amélia Costa e Dias, SoniaBarreiras de acesso à profilaxia pós-exposição ao HIV: estudo de caso. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2022, v. 35 [Acessado 26 Novembro 2022] , eAPE039007634. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO007634>> . Epub 06 Jun 2022. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO007634>.

Melo, Hugo Moura de Albuquerque et al. O conhecimento sobre Aids de homens idosos e adultos jovens: um estudo sobre a percepção desta doença. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2012, v. 17, n. 1 [Acessado 2 Dezembro 2022], pp. 43-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100007>>. Epub 06 Fev 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100007>

Moretti, Felipe Azevedo, Oliveira, Vanessa Elias de e Silva, Edina Mariko Koga do acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública?. **Revista da Associação Médica Brasileira** [online]. 2012, v. 58, n. 6 [Acessado 16 Novembro 2022], pp. 650-658. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000600008>>.

OLIVEIRA, Fabrícia Souza de et al. **Conhecimento de homens que fazem sexo com homens acerca da profilaxia pós-exposição sexual ao HIV**. 2018.

OLIVEIRA, Isadora Borges Nolasco. Acesso universal? Obstáculos ao acesso, continuidade do uso e gênero em um serviço especializado em HIV/AIDS em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. s259-s268, 2009.

SILVA, Marcos Morais Santos et al. Conditions associated with adherence to HIV post-sexual exposure prophylaxis. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2021, v. 55 [Acessado 22 Maio 2022] , e03699. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019028403699>>. Epub 10 Maio 2021. ISSN 1980-220X.